

lucinda

Land Care
In Desertification
Affected Areas
From Science
Towards Application

Alertar a Sociedade Para a Desertificação

Maria José Roxo

CONTEÚDOS:

DESERTIFICAÇÃO: UM PROBLEMA AMBIENTAL ACTUAL	1
A INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO A DIFERENTES NÍVEIS	3
As organizações internacionais	4
A União Europeia (EU)	6
A desertificação na internet	8
O QUE PENSA A SOCIEDADE EM GERAL SOBRE A DESERTIFICAÇÃO	10
A SENSIBILIZAÇÃO - UM ELEMENTO CHAVE PARA O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	12
Formar, informar e divulgar – palavras-chave para alertar a sociedade	13
Princípios básicos para elaborar um programa de alerta e sensibilização da sociedade em relação à desertificação	15
O QUE É IMPORTANTE SABER SOBRE DESERTIFICAÇÃO	16

DESERTIFICAÇÃO: UM PROBLEMA AMBIENTAL ACTUAL

O despertar da sociedade a nível mundial para os problemas ambientais incentivou o estudo da dinâmica dos ecossistemas e da sua relação com as actividades humanas. Era essencial conhecer as causas responsáveis pela existência de vastas áreas degradadas no Planeta, encontrando-se recursos naturais, como o solo e a água, praticamente esgotados, ou muitíssimo degradados, o que no fundo corresponde à desertificação.

A Organização das Nações Unidas (2007) estima que o fenómeno da desertificação afecte cerca de 1/5 da população mundial, em mais de 100 países, nos vários continentes. Esta situação tem contribuído para o agravamento da pobreza e dos conflitos sociais, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento em África, na Ásia, na América do Sul e Central.

Desde o final da década de 60 que a comunidade internacional começou a ouvir falar de desertificação, em grande parte devido a notícias relacionadas com a ocorrência de grandes secas no continente africano, com particular destaque para a seca no Sahel (1968-73, provocou a morte de mais de 500 mil pessoas), mas o fenómeno foi visto pelos europeus como algo

distante e sem implicações directas nos seus modos de vida. Contudo a realidade actual é bem diferente. Existem na Europa, com peculiar relevo para os países do Sul de clima mediterrâneo (Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia), extensas áreas em que os recursos naturais foram utilizados de maneira irracional, encontrando-se os solos muito degradados e a biodiversidade muito reduzida, sintomas que identificam a desertificação.



Figura 1. Degradação do solo e vegetação por sobrepastoreio – Nordeste do Brasil

A esta situação já diagnosticada de elevado grau de degradação, ou seja de desertificação, junta-se a vulnerabilidade destes países à ocorrência de fenómenos climáticos extremos como são as secas e as inundações, e o contínuo flagelo dos incêndios que consumiram nos últimos anos milhares de hectares de floresta e matos, e provocaram centenas de vítimas mortais. Segundo dados da União Europeia, só em 2005, no conjunto destes cinco países, arderam um total de 589 559 hectares (85% deste valores correspondem a Espanha e Portugal), em 73 325 eventos ocorridos nos meses de Verão.

É cada vez mais evidente que a desertificação é um grave problema ambiental, com consequências globais, que necessita de ser combatido e que, para tal, a sociedade tem que estar informada e atenta à forma como gere e utiliza os recursos naturais.

A perda de biodiversidade é uma evidência, assistindo-se ao desaparecimento de muitas espécies vegetais e animais, e à criação constante de desequilíbrios na dinâmica do Planeta.



Figura 2. Portugal – Alentejo – Mértola – Elevado grau de degradação do solo e coberto vegetal – Desertificação

Perante um cenário em que o aquecimento global e as mudanças climáticas são bem claras, registando-se um aumento na ocorrência de fenómenos climáticos extremos (secas, inundações, vagas de calor e frio, entre outros) é fundamental que os governos e os cidadãos em todo o Mundo tenham conhecimento das causas e consequências da desertificação, e se preocupem seriamente em procurar soluções de mitigação e combate.

Importa referir que os cenários climáticos futuros prevêem a probabilidade do aumento de secas e de vagas de calor, que são responsáveis pela diminuição das produções agrícolas e pela ocorrência de incêndios em regiões com o Mediterrâneo.

2 Há, no entanto, dois factos que têm dificultado o combate a este fenómeno e que são referidos frequentemente: (1) a ideia de que nos países do Sul da Europa a desertificação se refere à perda de população, despovoamento, (desertificação do interior, desertificação dos centros das cidades) e (2) em África e Ásia a ligação ao avanço natural dos Desertos, que têm em função da sua dinâmica faixas de expansão e de retracção.

Assim, é fundamental para o sucesso das acções e medidas de mitigação e combate, ter em atenção que a desertificação é um fenómeno complexo, com especificidades em função das realidades geográficas, que, pelo facto de não ser um desastre imediato, como são por exemplo os sismos ou as inundações, é pouco mediático e, como tal, de difícil percepção, mas tem efeitos locais e globais de natureza socioeconómica, como são exemplo os movimentos migratórios e o aumento da pobreza.

Estas circunstâncias justificam a utilização de meios e técnicas de informar e de alertar a sociedade para a existência desta questão ambiental.

Apesar dos esforços de diversas organizações mundiais, e do trabalho de muitas associações da sociedade civil no terreno, ainda não foi possível conseguir uma estratégia concreta e eficaz de luta contra a desertificação, sobretudo na Europa, onde a desertificação não aparece nos programas dos governos como um tema prioritário.

A maioria das iniciativas de mitigação e combate nas áreas afectadas, sobretudo nos países em vias de desenvolvimento, são em grande medida implementadas por organizações não governamentais, que têm grandes dificuldades em termos financeiros e de recursos humanos, dependendo muito de apoios exteriores. A ajuda é, na maioria dos casos, concretizada pelo financiamento de projectos, com um tempo limitado de implementação, acabando na maioria das vezes por não ter continuidade.

Neste contexto, é essencial investir na informação e divulgação, para consciencializar, sobretudo os decisores, para a necessidade de, em paralelo com melhores leis e mais fiscalização, haver financiamento e investimento em projectos que incentivem uma gestão sustentável dos recursos naturais.

Seria muito importante que as campanhas de sensibilização não fossem só focadas num único tema, ou problema (ex. conservação da água, ou da floresta), o que é frequente, mas que fosse transmitida à sociedade em geral, uma visão sistémica e integrada da relação que existe entre os elementos da Natureza. Esse conhecimento permitiria a uma melhor compreensão dos efeitos que têm as actividades humanas, no global e não só no particular. Um caso concreto é o da relação que existe entre o solo e a água.



Figura 3. – Efeitos da seca de 2005 – Mértola – Alentejo – Portugal

A INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO A DIFERENTES NÍVEIS

Uma das formas de alertar a sociedade mundial para duas grandes questões: (1) a degradação do Ambiente, resultante da rápida destruição dos recursos naturais, (2) o aumento da vulnerabilidade das populações à ocorrência de catástrofes naturais, foi através da realização de conferências de âmbito global com uma grande aposta na mediatização.

Foi em 1972 que a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou a Primeira Conferência Internacional sobre o Ambiente Humano, que se realizou em Estocolmo, Suécia, em parte como resposta ao choque que as imagens da seca na região do Sahel africano tinham provocado, mas também devido aos problemas originados pelos refugiados nos países europeus (antigos colonizadores). Nesta conferência é discutido o problema da desertificação e, pela sua importância em termos mundiais, a ONU promove a Primeira Conferência Internacional sobre Desertificação, que se realizou na cidade de Nairobi, Quênia, no ano de 1977. Nessa ocasião, foi discutida a situação da desertificação no Mundo e elaborado o Primeiro Plano de Acção Mundial de Luta contra a Desertificação.

Os resultados da implementação desse Plano de Acção ficaram muito aquém do desejado e do que era necessário. Por essa razão, os países reunidos durante a Conferência do Rio, em 1992, decidiram-se pela negociação de uma Convenção, com força de lei internacional e com carácter mandatário para os países signatários, que foi designada de Convenção de Luta Contra a Desertificação (UNCCD).

A realização destes eventos à escala internacional permitiu chamar a atenção para as causas e consequências da desertificação, mas igualmente apresentar as acções e medidas a implementar para o combate, estabelecendo compromissos e metas a serem atingidas pelos países participantes. Um facto importante a destacar foi a progressiva participação das associações não governamentais (ONG), e outros elementos da sociedade civil, nas reuniões internacionais.

Estas conferências despertaram também o interesse dos *Media* pelos problemas ambientais, e foi notório o aumento do número de notícias, reportagens e documentários que abordavam temas como as alterações climáticas, a desertificação, a poluição, o

consumo de energia e o consumo de água, entre outros. No entanto, nem sempre o que é divulgado é cientificamente correcto nem os conceitos são bem utilizados, pelo que acaba muitas vezes por causar confusões e transmitir uma informação inexacta.

Ainda a nível global, o uso das novas tecnologias veio abrir uma importante e enorme janela de oportunidades para a divulgação e permuta de conhecimentos.

A Internet tornou-se um instrumento privilegiado de informação, de transmissão de ideias e de discussão de resultados, com a particularidade de ser interactiva e permitir trabalhar em tempo real. Está-se perante uma nova realidade, que possibilita uma divulgação efectiva da Ciência na sua componente prática aplicada, que é fundamental para o progresso da sociedade humana.

Conferências Importantes

Conferência Internacional sobre o Ambiente Humano – Estocolmo – Suécia – 1972 – Discute a questão da desertificação e aprova-se a realização da Primeira Conferência Internacional sobre Desertificação.

Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação – Nairobi – Quênia – Agosto – Setembro de 1977 – A desertificação é considerada pela primeira vez como um problema Mundial. Adopção de um Plano de Acção para Combater a Desertificação.

Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro – Brasil – Junho de 1992 – Estabelece a necessidade de um Comité inter-governamental para preparar um instrumento vinculativo para o problema da Desertificação.

Fonte: <http://www.unccd.int/main.php>

Convenção de Luta Contra a Desertificação (UNCCD) – Paris – França – 17 de Junho de 1994 – A assinatura do documento pelos países signatários realizou-se a 14-15 de Outubro. Foi instituído o dia 17 de Junho como o Dia Mundial de Combate à Desertificação e Seca.

Conferências Importantes (cont.)

Conferência das Partes (COP) – Órgão máximo de gestão da Convenção:

COP 1 – Roma – Itália – 1997

COP 2 – Dakar – Senegal – 1998

COP 3 – Recife – Brasil 1999

COP 4 – Bona – Alemanha – 2000

COP 5 – Genebra – Suíça – 2001

COP 6 – Havana – Cuba – 2003

COP 7 – Nairobi – Quênia – 2005

COP 8 – Madrid – Espanha – 2007

Conferência Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – Ilha de Bali – Indonésia – Dezembro 2007 – Teve como objectivo a redução das emissões dos gases com efeito de estufa e estabelecer novas metas e compromissos a longo prazo (2020, 2050). Uma aposta nas energias renováveis.

Fonte: <http://www.unccd.int/main.php>

As organizações internacionais

Perante um cenário cada vez mais preocupante, em função do crescimento exponencial da população mundial e de uma conseqüente escassez de recursos vitais, como são o solo e a água potável, diversas organizações mundiais na esfera das Nações Unidas, como a FAO, a UNCCD, UNDP, UNEP, UNESCO, entre outras, têm tido um papel fundamental na procura de meios, estratégias e consensos para a implementação de medidas e acções que conduzam ao combate à desertificação.

Neste sentido, há que destacar o papel da Convenção de Combate a Desertificação e Seca das Nações Unidas (UNCCD), ao delinear uma estratégia de combate à desertificação a diferentes escalas, com o objectivo de envolver os decisores e os actores que têm responsabilidade no território, bem como a comunidade científica e as populações afectadas.

A Convenção de Combate à Desertificação, estipulou a criação de Anexos Regionais (grupos de países, numa mesma área geográfica, I – África, II –Ásia, III - América Latina e Caraíbas, IV - Mediterrâneo Norte, recentemente V - Europa Central e Oriental), a preparação de Programas de Acção Nacionais (PAN), elaborados e implementados pelos Pontos Focais Nacionais, programa esse que originou em vários

países a identificação de Áreas Piloto de Combate à Desertificação nas áreas afectadas.

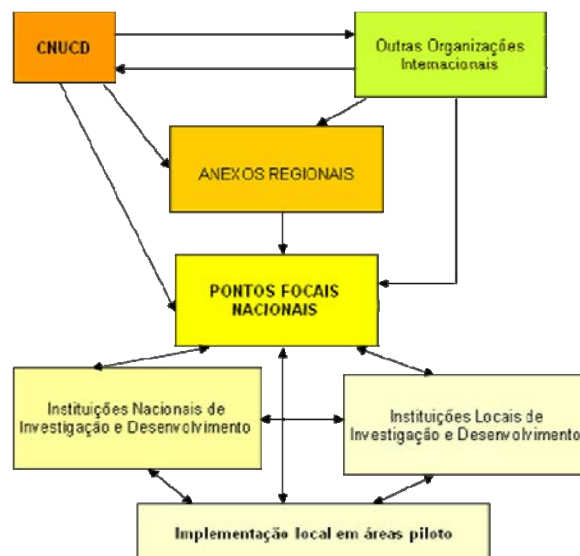


Figura 4. Estrutura a diferentes escala para implementação da Convenção de Combate à Desertificação

Com os seus 40 Artigos e a criação dos Anexos Regionais, a UNCCD pretendia enunciar os princípios que deviam orientar a acção, apresentar as obrigações gerais e específicas aos parceiros envolvidos, identificar os mecanismos e recursos financeiros, bem como promover a cooperação científica e técnica de maneira a haver uma concreta troca de informação.

É importante mencionar que uma das principais recomendações da Convenção para a elaboração dos Planos Nacionais de Combate, consistia na necessidade de uma abordagem de “baixo para cima” (“bottom-up”), de maneira a envolver seriamente as populações das áreas afectadas, a fim de se alcançarem bons resultados.

Contudo, para que as decisões e políticas sejam bem aceites, devem ser utilizadas técnicas eficazes, concretas e oportunas de divulgação e informação, direccionadas *à priori*, para o público em geral, e não apenas para as comunidades afectadas, uma vez que é sabido que o fenómeno da desertificação, tem conseqüências a nível global.

Um bom exemplo do que foi referido é o cartaz elaborado pela UNCCD (2006) para a comemoração do Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação – Não à Desertificação das Terras Secas (Don’t Desert Drylands).



Figura 5. Cartaz UNCCD -2006

A ideia de utilizar um campo de futebol, terá chamado a atenção de milhões de pessoas em todo o Mundo para este problema ambiental, através da ligação, pela imagem, a um dos acontecimentos mais relevantes do Verão de 2006, o Campeonato do Mundo de Futebol.

Outro método de incentivar ao conhecimento e demonstrar que o fenómeno da desertificação, apesar de ser localizado, tem consequências a outras escalas (regionais, nacionais e internacionais), ao desencadear outros fenómenos, como por exemplo a emigração e o despovoamento, é a comemoração de um Dia Mundial.

O dia 17 de Junho, Dia Internacional de Combate à Desertificação, é, sem dúvida, um momento em que se multiplicam as iniciativas e a comunicação social dá particular atenção à desertificação. Pena é que essas iniciativas não se repitam em outras ocasiões e que não se associe a desertificação a outras comemorações, como por exemplo o Dia Mundial do Ambiente, Dia Mundial da Água, entre outros.

Outras organizações internacionais têm desempenhado papéis relevantes em termos do combate e mitigação da desertificação, como é o caso da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e da UNEP (Programa das Nações Unidas para o Ambiente). No que diz respeito à FAO, esta organização tem ajudado muitos países a desenvolverem uma estratégia de combate à desertificação, principalmente nas zonas áridas e semi-áridas da Ásia, Médio Oriente e África Subsaariana, onde existe uma enorme pressão sobre os recursos naturais, devido à grande procura de material lenhoso para combustível (lenha), à criação de gado (sobrepastoreio) e à utilização de solos marginais para a produção de cereais. Estas

actividades têm conduzido ao aumento das áreas degradadas e, conseqüentemente, à desertificação.

A acção desta organização tem-se baseado na monitorização, aplicação de programas de referência e implementação de projectos no terreno. São inúmeras as actividades que têm sido desenvolvidas em áreas como: preservação de ecossistemas frágeis, gestão da água e solo, apoio jurídico, conservação de pastagens e produção animal, gestão dos recursos florestais, reflorestação, fixação de dunas, controle da salinização nas terras irrigadas, promoção das energias renováveis, e segurança alimentar.



Figura 6. Projecto em Gour de um viveiro, África. (Foto: www.fao.org)

A estratégia da FAO assenta essencialmente em três elementos chaves: (1) participação das populações afectadas e dos decisores locais, com o desenvolvimento de projectos com base em decisões tomadas pela comunidade, (2) conhecimento tradicional, que deve ser analisado e utilizado quando corresponde a práticas de conservação e preservação dos recursos naturais, (3) as prioridades, devem ser estabelecidas para a salvaguarda de benefícios a longo prazo.

A UNEP tem tido, em relação ao combate à desertificação, um papel muito mais relacionado com a coordenação de programas, agindo como um Ponto Focal para alertar sobre as preocupações e problemas ambientais e, assim, estimular e mobilizar actividades que possam estar relacionadas. A base do programa da UNEP é o Plano de Acção e com este pretende assessorar os governos, nos seus esforços no combate à desertificação.

Como resultado da sua acção, têm sido criadas bases de dados, onde constam instituições, cientistas e projectos, de modo a estabelecer redes e identificar lacunas na investigação, bem como a realização de vários eventos, como workshops, seminários e cursos

de formação, em estreita colaboração entre países africanos e países europeus.

Outro aspecto importante desta organização é o trabalho que tem realizado com inúmeras organizações não governamentais em todo o Mundo, e os programas de monitorização do Ambiente, designado de (GMES).

Importa referir que a UNEP tem desenvolvido um enorme esforço na preservação e conservação das florestas, promovendo campanhas internacionais de informação e de participação.

Está neste momento em curso uma campanha mundial para a plantação de árvores, com o slogan “Plantemos para o Planeta: Campanha dos Mil Milhões de Árvores”. Deste modo, indivíduos, comunidades, sociedade civil, organizações e governos são incentivados a contribuir para a campanha, através da inscrição no website, para que seja alcançado o objectivo de se plantar, pelo menos, mil milhões de árvores em todo o Mundo, cada ano.

A União Europeia (UE)

Desde a década de 80 que o tema da Desertificação, passou a fazer parte dos Programa de investigação financiados pela UE. Foi inicialmente proposto e defendido na Comissão por R. FANTECHI, que organizou um Simpósio na Grécia em Abril de 1984, após o qual foram publicadas as actas com o título “Desertificação na Europa”. O interesse por esta temática continuou, desde então, com outros responsáveis, tais como, P. BALABANIS, D. PETER e actualmente com M. YEROYANNI.

Têm sido vários os Programas de investigação financiados pela UE que têm incluído a desertificação nas suas áreas temáticas, tais como:

- Programa Ambiente
- Programa de Ambiente e Clima,
- Framework 4/5/6 e 7

Símbolo da campanha da UNEP



“...Quando se plantam árvores, plantamos, sementes da paz e sementes de esperança...”

Wangari Maathai

Prémio Nobel da Paz em 2004

Em virtude, da importância do fenómeno da desertificação, para os responsáveis das áreas do Ambiente e da Agricultura na União Europeia, os projectos financiados, tiveram desde sempre objectivos bem definidos. Numa primeira fase centraram-se na necessidade de se conhecerem os processos e factores que estavam na origem do fenómeno, nos países europeus, sobretudo nos do Sul da Europa, e numa segunda fase, focalizados na procura de soluções para a mitigação e combate à Desertificação.

O papel da EU, neste contexto, baseou-se na elaboração de estratégia integrada, que permitisse envolver a comunidade científica europeia, incentivando a colaboração, a troca de ideias e experiências, permitindo ao mesmo tempo a evolução do conhecimento e a sua aplicação, para remediação das áreas afectadas, havendo uma estreita colaboração com a UNCCD.

Uma pesquisa na base de dados da UE, com a utilização da palavra “desertification”, permite saber que esta temática esteve presente em:

- 18 Programas,
- 154 Projectos,
- 82 Web pages,
- 47 Artigos,
- 82 Documentos,
- 64 Resultados Exploráveis.

Estes elementos são importantes para a comunidade científica e para o público em geral, estando a informação disponível para consulta em:

<http://cordis.europa.eu/en/home.html>



Figura 7. Sinais de erosão dos solos agrícolas, por movimentos de terreno em Itália – Região de Potenza, Itália (2006)

No entanto, é importante salientar que nos últimos tempos tem havido uma enorme preocupação, por parte da UE, em privilegiar as abordagens que tenham por base uma participação efectiva da sociedade civil (bottom-up), de maneira a que as populações afectadas tenham um papel activo e significativo na mitigação e combate da desertificação. Vários projectos são bons exemplos sobre os princípios, que orientaram a pesquisa científica, no seio da UE, e que contribuíram em grande parte para o conhecimento sobre este problema ambiental.

Apesar de toda a investigação desenvolvida, os estudos em curso revelam que as preocupações actuais se centram, na necessidade de melhores análises sobre o território, através da aplicação de metodologias que permitam a quantificação de áreas afectadas pela desertificação, bem como a avaliação dos impactos nas estruturas sociais e económicas dos países que enfrentam este grave problema ambiental. Esta informação é fundamental para os decisores e responsáveis pelas políticas sectoriais da UE, bem como para os outros níveis de decisão (nacional, regional e local).

A elaboração de diagnósticos baseados na utilização da detecção remota, no uso de modelos e na criação de sistemas de indicadores que permitam uma eficaz monitorização e avaliação das situações actuais e futuras, têm sido tópicos prioritários. Neste contexto, há que referir a pesquisa desenvolvida pela Agência Espacial Europeia, no projecto DesertWatch, onde participam países afectados, como a Itália, Portugal e Turquia, cujo objectivo é elaborar um sistema de informação, com um grande número de indicadores, georreferenciados, relevantes para a monitorização e conhecimento do estado de degradação dos recursos.

Um dos sistemas de indicadores mais completo foi desenvolvido no projecto Desertlinks e dá pelo nome de Dis4me. Este Sistema de Indicadores de Desertificação para a Europa Mediterrânea teve na sua concepção um factor que o diferenciou de grande parte dos projectos europeus sobre desertificação.

No seu Website foi disponibilizado grande parte dos conteúdos em cinco línguas (espanhol, inglês, italiano, grego e português), o que possibilitou o acesso a um número muito maior de pessoas.

Outro aspecto muito importante consistiu na inclusão e apresentação de modelos temáticos complementares (ManPras), que permitiam a análise dos factores (económicos e sociais), bem como a utilização de um sistema para a avaliação do grau de

susceptibilidade de uma área à Desertificação (ESA - Environmental Sensitive Areas). Possibilitava, assim, a utilização de instrumentos interactivos, além de fornecer explicações pormenorizadas e exemplificativas sobre as causas e consequências da desertificação nos países do Sul da Europa. Estas características tornaram-no numa excelente fonte de informação e num método eficaz de divulgação.

Alguns dos projectos mais relevantes

MEDALUS

Mediterranean Desertification and Land Use - I, II, III - 1991/1998 -
<http://www.medalus.demon.co.uk>

MEDACTION

Policies for Land Use to Combat Desertification - 2001/2004
<http://www.icis.unimaas.nl/medaction/>

DESERTLINKS

Combate à Desertificação na Europa Mediterrânea: Ligando a Ciência à Sociedade - 2001/2004
<http://kcl.ac.uk/projects/desertlinks/>

MEDRAP

Concerted Action to Support the Northern Mediterranean Regional Action Programme to Combat Desertification – 2001/2004

CLEMDES

Clearing House Mechanism on Desertification for the Northern Mediterranean Region – 2001/2003
<http://www.clemdes.org/>

LADAMER

Avaliação da Degradação do Território na Europa Mediterrânea EU – Global Monitoring for Environment and Security 2002-2005
<http://www.ladamer.org/ladamer/>

REACTION

Restoration Actions to Combat Desertification in the Northern Mediterranean - 2003-2005
<http://www.gva.es/ceam/reaction/>

DeSurvey

A Surveillance System for Assessing and Monitoring of Desertification - 2005/2010
<http://www.desurvey.net/>

DESIRE

Desertification Mitigation and Remediation of Land: A Global Approach for Local Solutions – 2007/2012
<http://www.alterra.wur.nl>



Figura 8. Stakeholders, utilizando o Sistema de Indicadores DIS4ME – Faculdade Ciências Sociais e Humanas – Portugal

A realidade é que grande parte da investigação realizada, no âmbito dos programas europeus, se destina à comunidade científica internacional. Um exemplo concreto é o facto de ser raro encontrar nos Websites dos projectos conteúdos que não estejam escritos em inglês, ou que contenham sínteses dos objectivos e resultados numa linguagem mais acessível, sobre as áreas afectadas pela desertificação, que possa ser compreendida pelo público em geral.

Neste sentido, à imagem do trabalho desenvolvido pelas Nações Unidas, a UE tem vindo a dar particular atenção à necessidade de ligar a Ciência à Sociedade, de maneira a que exista uma maior partilha e difusão do Conhecimento, e que a mitigação e combate à desertificação possa ser o resultado concreto da acção conjunta do saber das comunidades afectadas e dos resultados da pesquisa científica.

A desertificação na Internet

As tecnologias de informação e de comunicação abriram no momento actual novas perspectivas à sociedade. A informação produzida circula instantaneamente, pode ser recebida, utilizada, incorporada em pesquisas de diversas naturezas, transformada em conhecimento pessoal e sabedoria. A Internet possibilita hoje uma difusão rápida, ganhando cada dia mais espaço, tornando-se, assim, uma imprescindível ferramenta de trabalho. A verdade é que este “instrumento” redesenhou completamente o universo da informação, pelo poder que tem na disseminação do conhecimento e ideias. Neste contexto, será um gesto comum para qualquer cidadão que se queira informar sobre o fenómeno da

desertificação utilizar um dos motores de busca mais conhecidos a nível global, como são exemplos o Google ou o Yahoo.

No sentido de conhecer a informação que circula na Internet sobre este tema, realizou-se uma pesquisa, tendo como motor de busca o Google, e foram encontrados os seguintes tipos: notícias, documentos (científicos e informativos), apresentações Power Point (PPT), vídeos e imagens.

- Sítios na Web – 1 260 000 – 870 os mais relevantes
- Imagens – 880
- Apresentações – 38
- Vídeos – 68 (<http://youtube.com/>)

Apesar de se restringir a pesquisa com a utilização do termo em inglês, os resultados obtidos revelam uma enorme quantidade de informação, gerada por inúmeros utilizadores deste espaço, que é necessário, no entanto, utilizar com cautela.

Esta análise permitiu constatar que os conteúdos existentes se podem dividir em três grandes grupos: (1) os oferecidos por organizações governamentais a diversos níveis, cujo objectivo principal é informar, divulgar e fornecer dados e imagens, pelo que a informação está muitas vezes em várias línguas, (2) os resultantes da investigação científica, alojados nos sítios Web dos projectos e ou redes de especialistas (instituições e universidades), na maioria em inglês, com a particularidade de o acesso ser muitas vezes restrito, (3) todo um conjunto de documentos que foram colocados por livre iniciativa dos cidadãos, no sector publico e privado, em que existe uma enorme supremacia das notícias publicadas pelas agências noticiosas de todo o Mundo.

Contudo, a análise dos conteúdos que são comunicados indica que nem sempre os conceitos estão correctos no que se refere às causas e consequências da desertificação.

Outro aspecto interessante é o facto de número de ocorrências poder ser considerado um bom indicador sobre a relevância que a temática da desertificação tem em diversos países.

Na procura de informação, por exemplo sobre desertificação nos países do Sul da Europa, utilizando a expressão em inglês, “Desertification in...”¹, obtiveram-se os seguintes resultados:

¹ Pesquisa realizada no dia 25/10/2007

- Portugal – 458
- Espanha – 1750
- França – 4
- Itália – 1340
- Grécia – 1440

Sites mais relevantes, sobre desertificação

UNCCD

<http://www.unccd.int/main.php>

UNDP

<http://www.undp.org/>

UNEP

<http://www.unep.org/>

FAO

<http://www.fao.org/desertification/default.asp?lang=en>

Drylands: Bright Edges

<http://www.nasm.si.edu/ceps/drylands/>

Degradação da Terra e Desertificação

<http://soils.usda.gov/use/worldsoils/landdeg/>

Desertificação – Recursos na Web

<http://ag.arizona.edu/OALS/ALN/aln40/WebResources.html>

Recursos Seleccionados sobre Desertificação na Web <http://www.iisd.ca/desert/desertsites.html>

Estes números revelam em parte o interesse que esta temática desperta em cada país, e a diferença entre eles, explicável pelas particularidades geográficas e grau de gravidade que este fenómeno assume em cada um deles.

No Mundo actual os *Media* desempenham um papel fundamental na informação e divulgação de acontecimentos e, conscientes desta realidade, é cada vez maior o número de órgãos de comunicação social escrita (jornais e revistas), que têm uma edição online.



Figura 9. Efeitos da erosão hídrica em campos abandonados, Sorbas-Almeria-Espanha (Foto A. Calvo-Cases 2002)

Assim, o arquivo de notícias existente no motor de busca Google (Google News) possibilitou a análise dos números de notícias que foram publicadas, anualmente, desde 1977-2007. Para a pesquisa utilizou-se o termo “desertification”. Os dados obtidos são bem elucidativos da crescente importância que esta temática suscitou a nível global, sendo, no entanto, necessário ter em conta que o próprio interesse pela Internet como veículo privilegiado de comunicação foi, igualmente, aumentando (Figura 10).

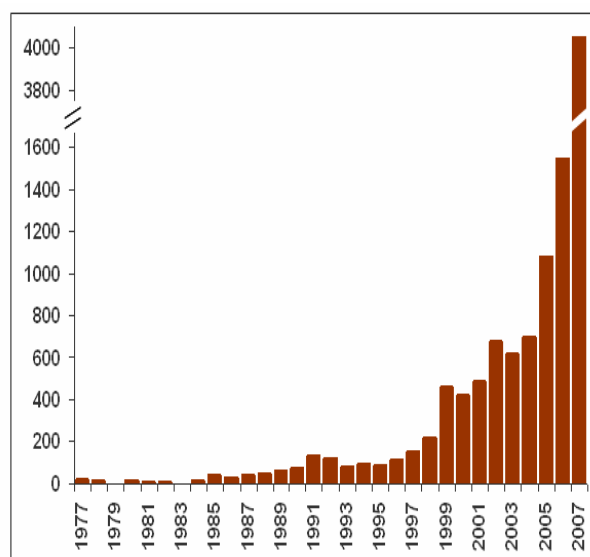


Figura 10. Número de ocorrências de notícias sobre Desertificação, por ano com base no Google News.

A análise da Figura 10 revela que é sobretudo no final da década de 90 que o número de notícias começa a ter alguma expressão, notando-se um ligeiro aumento nos anos de 1991 e 1992, coincidente com a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro, mas é a partir de 1997, com a primeira COP realizada em Itália, que o número de notícias regista um contínuo aumento anual, com um crescimento muito rápido a partir de 2005, em função da realização de importantes conferências internacionais e da comemoração do Ano Internacional de Combate à Desertificação (2006).

Alterações climáticas e desertificação, os dois lados da mesma moeda
13 de Setembro de 2007 587 palavras, 2 imagens



Madrid (AFP)
– Alterações climáticas e desertificação são os dois lados da mesma

moeda e têm que ser combatidos em conjunto, segundo os participantes na conferência sobre desertificação em Madrid.

Segundo Yvo de Bóer, secretário executivo da Convenção Quadro da ONU para as Alterações Climáticas (UNFCCC) “Estes dois aspectos estão muito intimamente relacionados no sentido em que podem ser descritos como os dois lados de uma moeda”.

Fonte: <http://www.mywire>.

O facto de a nível mundial existir uma preocupação cada vez maior com as questões ambientais, com particular destaque para as alterações climáticas, pode justificar igualmente este aumento exponencial. A estreita relação existente entre alterações climáticas e desertificação foi o tema de discussão e reflexão escolhido para a Conferência sobre Desertificação, realizada em Setembro de 2007 em Madrid, e este assunto foi amplamente divulgado pela comunicação social.

É importante recordar que a desertificação ameaça o futuro de milhões de pessoas em todo o Planeta e que cerca de 35% da superfície terrestre está em

risco, mas é igualmente bom saber que a desertificação pode ser remediada e os processos de degradação invertidos através da utilização de técnicas e práticas apropriadas à gestão e uso do solo, da monitorização e previsão sobre os efeitos da implementação de novas políticas nas áreas com maior risco.

Neste contexto a Internet desempenha um papel essencial, pelas suas potencialidades em criar redes e conectar pessoas e instituições em tempo real.

O QUE PENSA A SOCIEDADE EM GERAL SOBRE A DESERTIFICAÇÃO

Num Mundo global, é de acreditar que a sociedade em geral tem cada dia maior e melhor acesso à informação, o que não quer dizer, contudo, que haja igualmente um aumento da qualidade. Um exemplo concreto desta realidade é o espaço da Internet.

Assim, o volume de informação disponível sobre desertificação, e a facilidade de acesso, fazem supor que o público em geral deveria estar mais informado sobre este problema ambiental.

No entanto, as características do próprio fenómeno, que incluem ser pouco mediático, de difícil percepção, e apenas com implicações directas para as populações que vivem nas áreas afectadas, faz com que, mesmo a nível da Europa, a desertificação desperte graus de preocupação e interesse diferentes.

As duas características enunciadas, fenómeno pouco mediático e de difícil percepção, não dá à desertificação um espaço privilegiado nos media.

A desertificação é notícia quando ocorrem fenómenos climáticos extremos, como as secas, quando se comemora o dia mundial, ou quando ao ser mencionada possa dar ênfase a outras problemáticas, caso da degradação ambiental ou, mais recentemente, em relação às consequências das alterações climáticas. Mas há outras situações em que a utilização do termo desertificação pode fazer sentido e ser importante, que é durante as campanhas eleitorais. Os políticos há muito que sabem usar palavras que têm o poder de chamar a atenção dos eleitores, e as ligadas às questões ambientais estão, mais do que nunca, nas agendas políticas, mesmo que estes não tenham a certeza de conhecerem os fenómenos ou os conceitos.

Para se saber o que o público em geral pensa sobre desertificação, é conveniente analisar os aspectos: (1)

que tipo de informação é transmitida pela comunicação social, e (2) qual é a percepção que as pessoas em geral têm sobre este fenómeno.

Estudos desenvolvidos no âmbito de vários projectos científicos (Medalus, Desertlinks, Medaction, entre outros), com base em inquéritos e na análise de conteúdos dos *Media*, revelaram, a nível dos países do Sul da Europa, diferentes percepções e graus de preocupação.

Os dados obtidos foram claros em relação à forma como a maioria das pessoas tinham tomado conhecimento sobre este tema. A televisão foi o meio de comunicação mais referido, seguido da rádio, imprensa escrita, livros e revistas temáticas e internet. Estes resultados estão em sintonia com os diversos estudos realizados a nível europeu, que revelam ser a televisão e a rádio os meios mais utilizados para se estar informado.

A pesquisa demonstrou, igualmente, que são os meios de comunicação que “moldam” a opinião pública e ajudam a construir percepções e a obter conhecimentos.

Um exemplo concreto é o da percepção dos portugueses e dos espanhóis, que, estando ambos no mesmo espaço geográfico, a Península Ibérica, têm percepções distintas sobre a desertificação.

No caso português, a utilização pelos *Media* da palavra desertificação, com o significado de despovoamento, ou de perda de população, criou no público em geral uma percepção muito diferente da realidade que está associada a este problema ambiental.

Por conseguinte, as medidas e acções de mitigação são de difícil implementação, uma vez que as pessoas que vivem nas áreas afectadas acreditam e defendem que combater a desertificação passa por modelos económicos de fixação da população, ou pela construção de infra-estruturas e equipamentos. Raras são as situações em que as estratégias locais de desenvolvimento para estas áreas tenham por base o estado de degradação dos recursos naturais.

Outro aspecto importante resulta, igualmente, da imagem criada, por artigos na comunicação social, em que a desertificação surge ligada ao avanço dos desertos, a que se associa areia, dunas e vegetação xerófila, facto que também não facilita a compreensão das acções que podem ser tomadas para mitigar as situações que verdadeiramente contribuem para a degradação dos recursos naturais em Portugal (Figura 11).



Figura 11. Capa da Revista “Focus”

Em relação a Espanha, a percepção da desertificação é completamente diferente. Aqui, nota-se uma grande relação com o recurso à água. Nos meios de comunicação espanhóis, é frequente a referência à desertificação, relacionada com a erosão dos solos, a deflorestação e a má utilização e gestão dos recursos hídricos. Esta ênfase explica-se pelos problemas graves que existem, sobretudo no Sul de Espanha, onde o consumo de água pela irrigação de terras agrícolas e pelo turismo é enorme.

Logo, uma forma de alertar o público em geral, em Espanha, para a desertificação, passa por discutir e chamar a atenção para a forma irracional como estão a ser utilizados os recursos naturais, com particular destaque para a água e solos. Um dos métodos utilizados para a sensibilização pública foi a passagem de pequenos “slogans” na rádio a nível nacional.

O fenómeno da desertificação terá diferentes significados, e causará diversos graus de preocupação consoante o estado de desenvolvimento socioeconómico e cultural das sociedades.

O contraste é grande entre os países desenvolvidos e os em vias de desenvolvimento.

Em linhas gerais, nos países desenvolvidos a desertificação é vista como mais um dos problemas ambientais, que tendem a agravar-se em função dos modelos económicos existentes (mercados agrícolas e agro-industriais) e das alterações climáticas. Desta forma, e de um modo geral, é considerado pela

sociedade como um problema menor, que apenas ganha alguma dimensão em períodos e anos de seca e que origina certa preocupação apenas nas comunidades locais das áreas afectadas.



Figura 12. Vertente com declive muito acentuado, utilizada para a agricultura. O terreno lavrado no sentido da maior inclinação, favorece a destruição do solo, por acção da água da chuva, processo que se designa de erosão hídrica. Montes de Málaga – Espanha (Foto de A. Calvo-Cases 2000)

Nos países em vias de desenvolvimento a desertificação interfere de forma directa e indirecta nas vidas das populações.

Segundo uma avaliação feita pela UNEP (1991), nestes países a desertificação é responsável por vários problemas graves: (1) os agricultores frequentemente perdem ou vêm reduzidas as suas colheitas, (2) a diminuição das pastagens naturais, o que implica menos alimentação para o gado que é uma das fontes de rendimento e alimentação, (3) a redução de biomassa lenhosa, que leva a que as mulheres e crianças percorram grandes distâncias para recolher lenha para combustível, (4) o aumento da sedimentação das barragens e outras reservas de água, o que conduz à perda de qualidade da água para consumo e para irrigação, (5) as condições e a qualidade de vida são severamente afectadas, o que provoca movimentos migratórios (em muitos casos para a Europa) e a morte.

Em termos globais, a desertificação desperta, a nível científico e político, a discussão sobre três aspectos: (1) diminuição da capacidade de produção de alimentos a nível mundial, em função do crescimento contínuo da população e da perda e degradação de solo arável (10 milhões de hectares/ano), em particular nas regiões de clima semi-árido (drylands), (2) perda de biodiversidade a nível global, pela destruição de habitats, aumentando o número de

espécies ameaçadas todos os anos, (3) pressão gerada pela emigração (refugiados ambientais), que causa, nas regiões ou países de acolhimento, problemas socioeconómicos e políticos.

Na Conferência de Argel, que encerrou o Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação (2006), o ministro argelino da Gestão do Território advertiu que a desertificação ameaçava obrigar a emigrar cerca de 65 milhões de africanos para os países ocidentais até 2025.



Figura 13. Estado avançado de degradação do solo, por sobrepastoreio, sector Este de Linguere, Nordeste do Senegal – África (Foto P. Cortesão Casimiro, 2008)

A SENSIBILIZAÇÃO - UM ELEMENTO CHAVE PARA O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Alertar e sensibilizar a sociedade para o fenómeno da desertificação é essencial para o sucesso de uma estratégia de mitigação e combate a este fenómeno. Campanhas de sensibilização devem ser realizadas a diferentes escalas, utilizando diversos meios e técnicas de comunicação, mas estas devem ser avaliadas de forma sistemática, para se saber até que ponto foram eficazes.

É cada vez mais evidente que os *Media* têm um papel essencial na informação e na divulgação, pelo que se deve apostar nestes suportes para chamar a atenção para este problema ambiental.

O público em geral tem que ser alertado de maneira concreta e convincente, através de exemplos, sobre as atitudes e os comportamentos que podem contribuir para a degradação dos recursos naturais e conduzir à desertificação, mas, igualmente, sobre as medidas e acções que podem melhorar o estado actual dos recursos naturais e permitir a conservação dos ecossistemas.

Assim, quer a comunicação social pública, quer a privada, devem contribuir para a divulgação do

conhecimento, mas este deve ser fundamentado nos resultados da investigação científica, de forma que a Ciência seja útil à Sociedade.

Neste sentido, é importante que os investigadores passem a ter um papel mais activo na comunicação dos resultados das suas pesquisas, uma vez que é desejável que a informação vinculada seja exacta e transmitida numa linguagem simples, para que possa ser acessível e compreendida pela maioria das pessoas.

Os governos devem ter a responsabilidade de promover o alerta e a sensibilização, de modo contínuo, sobre fenómenos ambientais que podem originar consequências graves, a médio e a longo prazo, como é o caso da desertificação, de modo a minimizar os impactos e salvaguardar os recursos naturais para as gerações futuras.

O que se pretende é que, na elaboração das estratégias de desenvolvimento, elaboradas a diferentes escalas (nacional, regional e local), a conservação da biodiversidade, dos solos e da água, sejam equacionadas de forma integrada, de maneira a mitigar os diversos graus de degradação que os territórios apresentam actualmente.

Assim, um dado importante, e com relevância para o público em geral, é a dimensão das áreas afectadas pela desertificação, informação que por si só pode contribuir para alertar. Neste sentido, os mapas e outras imagens (fotografias das áreas afectadas) são fundamentais para que a sociedade conheça a dimensão espacial da desertificação, bem como as características deste fenómeno.

De modo a criar uma cultura de mitigação e combate, é essencial que haja uma boa compreensão por parte da população sobre a desertificação e um bom nível de participação pública.

Contudo, tendo em conta as características do fenómeno, o alertar da sociedade em geral, deve ter diferentes objectivos e usar mecanismos específicos consoante o público-alvo.

Neste sentido, a sensibilização para a mitigação e combate da desertificação pode tomar várias formas:

- O alerta, como primeiro elemento de mitigação, baseado na imagem e nos números sobre diferentes parâmetros (consumo de água, dados de erosão hídrica dos solos, perda de biodiversidade, entre outras) que revelem a gravidade do fenómeno.
- Promover iniciativas de sensibilização de âmbito nacional, através das instituições

governamentais ligadas ao Plano Nacional de Combate à Desertificação e respectivo Ponto Focal.

- Realizar eventos especiais, com iniciativas de demonstração e experimentação de âmbito local e regional, como por exemplo novas técnicas e práticas agrícolas de conservação do solo e da água.
- Aproveitar o papel da comunicação social (*media*) como meio de informação e de divulgação excepcional, para difundir as preocupações actuais sobre o uso e gestão dos recursos naturais.
- Utilizar a experiência das comunidades locais para chamar a atenção e alertar o público em geral, sobretudo para os problemas que podem ter consequências globais.
- Apostar na educação ambiental sobre questões relacionadas com a preservação dos recursos naturais, mas com uma base experimental e de observação no campo.



13

Figura 14. Dia Aberto sobre desertificação, no Centro Experimental de Erosão de Solos, Herdade de Vale Formoso, Alentejo, Portugal (2003)

Formar, informar e divulgar – palavras-chave para alertar a sociedade

Promover o conhecimento e a compreensão sobre a desertificação é o que se pretende com o alerta e sensibilização do público em geral.

No entanto, em virtude das características dos processos que conduzem à desertificação, há sectores da sociedade que podem desempenhar um papel fundamental na mitigação e combate.

Neste sentido, o papel dos investigadores é primordial, mas os resultados da investigação devem ser aplicados e utilizados na formação e educação a diferentes níveis, e servir de suporte à decisão no

momento da implementação de políticas que digam respeito à gestão e uso de recursos naturais.

Assim, as medidas e acções que possam ser postas em práticas nas áreas afectadas devem fazer parte de projectos integrados, com base em parcerias que envolvam todos os actores e que possam fomentar uma importante participação pública.

Neste contexto, é importante mencionar que as organizações não governamentais têm realizado um trabalho de mérito na educação ambiental, na procura de soluções para um desenvolvimento local sustentável, no incentivo à participação pública e, no caso da desertificação, na divulgação de medidas e acções de mitigação e combate, promovendo reuniões, produzindo materiais didácticos, entre outras iniciativas.

Em alguns casos estas mesmas associações têm campos experimentais e são responsáveis por acções de formação técnico-profissional. É comum fazerem parte de redes internacionais, desempenhando um papel fundamental na discussão de problemas globais como é exemplo o caso da desertificação.

Experiências anteriores revelam que, em relação às questões ambientais, é essencial apostar na educação dos jovens, pelo que seria muito importante que o tema desertificação fizesse parte dos currículos em diversos graus de ensino, como acontece, por exemplo, em Portugal. Este facto resultou do trabalho desenvolvido pela Associação de Professores de Geografia que, cientes da importância desta temática na formação dos jovens, conseguiu que no programa da disciplina Geografia (Estudo do Meio) fosse incluído o tópico desertificação. No seguimento, a mesma associação promoveu a elaboração de um CD com informação para ser utilizado pelos professores e alunos, com apoio da comunidade científica.

Sabe-se que os mais jovens são muito receptivos às novas tecnologias e à experimentação, pelo que temas relacionados com a degradação dos recursos naturais e a desertificação podem ser tratados de forma a criar interesse e a sensibilizar para a necessidade de se ter novos comportamentos e atitudes.

Neste sentido, é de incentivar a aplicação de metodologias de avaliação e diagnóstico dos processos que estão na origem da desertificação, com a realização de pequenos estágios de campo nas áreas afectadas, o que contribuiria para a formação científica dos mais jovens e seria muito importante para o conhecimento da realidade.



Figura 15. Estágio de campo sobre uso do solo e processos de degradação dos recursos naturais, Alentejo, Portugal (2005)

Igualmente, ter conhecimento sobre o que pensam os mais jovens sobre desertificação é um dado importante para a elaboração de uma estratégia de comunicação eficiente e atractiva. Neste sentido, um dos métodos adoptados durante o Projecto Desertlinks (2001-04) foi a realização de desenhos sobre desertificação, por adolescentes entre os 12-16 anos, antes de se ter dado qualquer informação sobre esta temática de forma a perceber qual era a percepção que tinham em relação a este fenómeno (Figura 16 e 17).



Figura 16. Desenho realizado por um jovem residente em Lisboa, Portugal

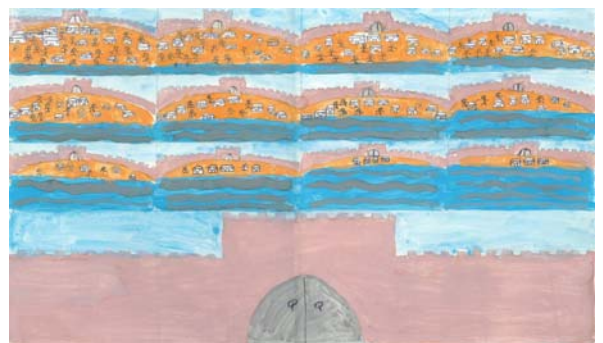


Figura 17. Desenho realizado por uma jovem residente em Mértola, área afectada pela desertificação, Alentejo, Portugal

Os dois desenhos (Figura 16 e 17) revelam percepções distintas. Para o jovem de Lisboa, a desertificação é representada pela desflorestação, actividade que considera ligada à degradação dos recursos naturais, revelando conhecimento da questão. Enquanto o outro desenho transmite outra percepção, a ligação do termo desertificação, ao despovoamento e êxodo rural. Não há aqui nenhuma relação com a utilização dos elementos naturais, mas sim uma forte conexão com a realidade socioeconómica, das áreas interiores de solos marginais, onde não se consegue fixar a população e os jovens não vêem oportunidades futuras. Este desenho traduz também, de forma muito clara, o que a comunicação social e os discursos políticos transmitem na maioria dos casos em Portugal sobre o que é a desertificação, já mencionado anteriormente. Tal facto alerta para a necessidade de uma melhor informação dos jornalistas, pois eles são construtores de percepções.

Os resultados obtidos foram muito importantes para a posterior realização de conferências e elaboração de desdobráveis, com objectivos distintos e formulações diferentes em função das “imagens percebidas”.

Apesar de todo o trabalho desenvolvido pelas diversas instituições a nível mundial, e pelas organizações a diferentes escalas (nacional, regional e local), nos países europeus afectados o conhecimento sobre a desertificação é ainda insuficiente, sendo por vezes pouco claro e incorrecto. Uma parte da sociedade europeia revela, assim, uma débil preocupação com este problema ambiental. Perante este cenário, reconhece-se a necessidade de utilizar métodos e meios eficazes para alertar para este fenómeno. Os *Media* têm um papel decisivo e importantíssimo, mas para que seja eficaz é fundamental que divulguem uma informação cientificamente correcta.

Princípios básicos para elaborar um programa de alerta e sensibilização da sociedade em relação à desertificação

- Deve ser desenhado e implementado com base num bom conhecimento da percepção que existe sobre o fenómeno, pelo que antes devem ser feitos estudos que permitam saber o que pensa o público em geral e as populações afectadas sobre a desertificação, através da realização de

sessões participativas e workshops temáticas *in loco*.

- Deve abranger todos os sectores da sociedade, e muito em particular os decisores, educadores, técnicos e os indivíduos que vivem nas áreas afectadas. Para tal, é essencial fazer-se um levantamento de todos os interlocutores e parceiros e dos meios de comunicação que cada um dispõe.
- Devem utilizar-se diferentes tipos de mensagens e de materiais de divulgação, para que a informação chegue aos distintos elementos da sociedade de uma forma eficaz e direccionada. Os temas e a forma como são tratados devem ter em conta as características do público-alvo e o momento actual na utilização da imagem e na criação de produtos interactivos.
- Deve-se apostar seriamente nos meios de comunicação social, muito em particular na televisão, com a realização de documentários informativos que possam transmitir os aspectos negativos da desertificação, mas igualmente os casos de sucesso na mitigação e combate. Investir na realização de programas nas rádios locais, para informação e divulgação, onde deviam participar decisores, cientistas e elementos da população das áreas afectadas.

15



Figura 18. Workshop sobre desertificação com elementos da população local, em Mértola, área afectada no Sudeste de Portugal (2005).

O QUE É IMPORTANTE SABER SOBRE DESERTIFICAÇÃO



Figura 19. Desertificação no Alentejo – Município de Mértola (2005)

A imagem da Figura 19 é bem elucidativa do que é um estado muito avançado de degradação de recursos naturais muito importantes, como são o solo, a vegetação e a água. Nesta fotografia são bem visíveis as marcas deixadas pelos diferentes processos que conduzem à destruição do solo e, conseqüentemente, à perda de capacidade deste para suportar um coberto vegetal e permitir a infiltração para o interior da água da chuva, e alimentar desta forma as tolhas de água subterrânea. Uma análise pormenorizada permite observar: (1) vastas áreas de solo compactado em superfície, sobre a qual existem dispersos uma grande quantidade de fragmentos rochosos de variados tamanhos (calhaus), (2) a presença de uma rede de linhas mais claras, que correspondem a trilhos feitos pelo gado, (3) sulcos mais profundos, que a água da chuva na sua escorrência superficial aprofunda e alarga (erosão hídrica), (4) a presença de algumas árvores (azinheiras) e uma ausência total de coberto vegetal. Todos estes elementos traduzem, no seu conjunto, que este local esteve sujeito a práticas pouco racionais de utilização do solo que destruíram os recursos naturais existentes, com particular destaque para o solo, tais como um pastoreio intensivo. Está-se perante uma situação de desertificação que pode abranger vastas áreas, como se pode deduzir da Figura 20.



Figura 20. Vastas áreas degradadas no Concelho de Mértola, onde 47% do seu território se encontra numa situação crítica em termos de desertificação

Perante imagens como as que aqui se apresentam, é difícil que, no geral, as pessoas as associem com a desertificação, por não terem conhecimento das causas nem conseqüências, e não saberem “ler” na paisagem os elementos que a identificam.

Neste sentido, é muito importante saber que:

- Existe uma definição proposta pela Nações Unidas que define desertificação como sendo “... Degradação do solo, da paisagem e do sistema bioprodutivo terrestre, em áreas áridas, semi-áridas e sub-húmidas, resultante de vários factores, incluindo as variações climáticas e as actividades humanas...” UNCCD (1994);
- A desertificação é uma das mais trágicas conseqüências do uso irracional dos recursos naturais (solo, água, coberto vegetal, entre outros);
- A desertificação é um “desafio mundial”, que vai ameaçar na próxima década mais de 50 milhões de pessoas, segundo dados da UNCCD -2006;
- A desertificação, as alterações climáticas e a perda de biodiversidade são três problemas indissociáveis;
- Confunde-se, por vezes, desertificação com seca (fenómeno natural) e despovoamento (fenómeno socioeconómico), estando no entanto estes fenómenos relacionados e interligados;
- As medidas de mitigação e combate devem ser baseadas num bom conhecimento dos ecossistemas naturais e cultivados, fundamentalmente, no que diz respeito à

dinâmica entre factores naturais e socioeconómicos;

- Esta situação pode ser remediada, mas a reabilitação de áreas degradadas é um processo lento e de longo prazo, que implica a implementação de políticas que sejam aceites por todos os actores das áreas afectadas, e que tem elevados custos;
- É importante e essencial que todos os sectores da sociedade estejam informados, e que possam modificar as suas atitudes e comportamentos de modo a preservar e conservar os recursos naturais.